

BRKB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre Findo em
30 de Junho de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ: 33.923.111/0001-29

Relatório da Administração

A Administração da BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022. A evolução das operações e os principais fatos ocorridos neste semestre, além da situação econômico-financeira da Companhia, poderão ser examinados por meio da leitura do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do semestre e do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas. A Administração da Companhia comunica em atendimento à Resolução 4.122/2012, que as operações estão aderentes aos objetivos descritos no plano de negócios e no seu Estatuto.

A Diretoria

São Paulo, 29 de agosto de 2022.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
BRKB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BRKB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRKB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Marcelo de Figueiredo Seixas

Marcelo de Figueiredo Seixas

Contador

CRC nº 1 PR 045179/O-9

BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTE		5.093	6.000	CIRCULANTE		3.891	2.985
Disponibilidades		4	12	Outras obrigações		3.891	2.985
Títulos e valores mobiliários	4	4.726	5.966	Fiscais e previdenciárias	8	198	10
Carteira própria		4.726	5.966	Diversas	9	3.693	2.975
Outros créditos		363	22	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		11.988	9.926
Rendas a receber	5 e 7	40	20	Outras obrigações		11.988	9.926
Outros créditos - diversos	5 e 7	321	-	Provisões para contingências	8	9.968	9.926
Imposto a Compensar	5	2	2	Fiscais e previdenciárias - diferido	8	2.020	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		35.161	26.581	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	26.108	21.447
Contas a receber de partes relacionadas	7	11.350	9.234	Capital social realizado		28.088	28.088
Depósitos judiciais	8	20.954	14.505	De domiciliados no exterior		28.088	28.088
Outros créditos - diversos	5	1.117	1.117	Prejuízos acumulados		(1.980)	(6.641)
Outros valores e bens	5	1.740	1.725				
PERMANENTE		1.733	1.777				
Investimentos		1.726	1.770				
Participação em controlada - Outras participações - MEP	6	1.684	1.728				
Outros investimentos		42	42				
Imobilizado de uso		-	-				
Imobilizado de uso		181	181				
Depreciação acumulada		(181)	(181)				
Intangível		7	7				
Licença de uso de softwares		757	757				
Amortização acumulada		(750)	(750)				
TOTAL DO ATIVO		41.987	34.358	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		41.987	34.358

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro/prejuízo por ação)

	Nota explicativa	30/06/2022 Semestre	30/06/2021 Semestre
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		245	82
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	11	245	82
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		245	82
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		6.326	(670)
Receitas de prestação de serviços	12	40	40
Resultado de participação em controlada	6	(44)	(34)
Outras despesas administrativas	13	(1.025)	(843)
Despesas provisões fiscais e previdenciárias		(41)	(41)
Despesas tributárias		(321)	(68)
Outras receitas	14	8.064	316
Outras despesas	14	(347)	(40)
RESULTADO OPERACIONAL		6.571	(588)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO		6.571	(588)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - Diferido	15	(1.722)	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - Corrente	15	(188)	-
LUCROS (PREJUÍZOS) DO SEMESTRE		4.661	(588)
QUANTIDADE DE AÇÕES NO FINAL DO SEMESTRE		18.423.984	18.423.984
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE POR AÇÃO PREFERENCIAL- Em R\$		0,27	(0,03)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE POR AÇÃO ORDINÁRIA - Em R\$		0,24	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	<u>30/06/2022</u> Semestre	<u>30/06/2021</u> Semestre
LUCRO/ (PREJUÍZO) DO SEMESTRE	10	<u>4.661</u>	<u>(588)</u>
Total do resultado abrangente do semestre		4.661	(588)
Atribuível a acionistas da companhia	10	<u>4.661</u>	<u>(588)</u>
		<u>4.661</u>	<u>(588)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social realizado</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021		28.088	-	(5.634)	22.454
Prejuízo do Semestre		-	-	(588)	(588)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	10	<u>28.088</u>	<u>-</u>	<u>(6.222)</u>	<u>21.866</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2022		28.088	-	(6.641)	21.447
Lucro do Semestre		-	-	4.661	4.661
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022	10	<u>28.088</u>	<u>-</u>	<u>(1.980)</u>	<u>26.108</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
	<u>Semestre</u>	<u>Semestre</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(Prejuízo) do semestre	4.661	(588)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do semestre com o caixa líquido gerado nas atividades operacionais:		
Resultado de participação em controlada	<u>(4.683)</u>	<u>34</u>
Atualização monetária	(6.449)	-
Impostos diferidos	1.722	-
Varição de Ativos e passivos	<u>14</u>	<u>555</u>
Redução de títulos e valores mobiliários	1.240	2.321
(Aumento)/Redução de outros créditos	(341)	18
Aumento de outros valores e bens	(2.131)	(1.912)
Aumento de outras obrigações	1.246	128
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividade operacionais	<u>(8)</u>	<u>1</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>(8)</u>	<u>1</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	12	9
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	10
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>(8)</u>	<u>1</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BRKB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora” ou “BRKB” ou “DTVM” ou “BRKB DTVM”), está organizada sob a forma de distribuidora de títulos e valores mobiliários, de acordo com a Resolução nº 1.120/86 do Banco Central do Brasil - BACEN. Conforme AGE de 27 de dezembro de 2021, em homologação junto ao Banco Central do Brasil, sua sede foi transferida da Rua Lauro Muller, 116, salas 2.101, 2.102 e 2.108 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ, para Cidade e Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14.261, Ala B, 20º andar, WT Morumbi, Vila Gertrudes.

Em linha com a estratégia global do Grupo Brookfield Brasil, sua controladora indireta, a DTVM oferece serviços de administração de recursos próprios e de terceiros, com especialização na área de gestão financeira. Para o semestre findo em 30 de junho de 2022, a Distribuidora mantém apenas a administração fiduciária do Fundo de Investimento Imobiliário Panamby (“Fundo Panamby”).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Distribuidora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Cosif.

A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu normas e suas respectivas interpretações e orientações, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras apenas quando aprovadas pelo BACEN.

Os pronunciamentos contábeis aprovados pelo BACEN, até o presente momento, foram:

- Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 - R1).
- Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 - R2).
- Resolução CMN nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1).
- Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).
- Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24).
- Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1).
- Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23).
- Resolução CMN nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil Financeiro (CPC 00 - R2).
- Resolução CMN nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).

- Resolução CMN nº 4.524/16 - Efeitos das Mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 - R2).
- Resolução CMN nº 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04 - R1).
- Resolução CMN nº 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27).
- Resolução CMN nº 4.748/19 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46).
- Resolução BCB nº 02/2020 - Resultado por Ação (CPC 41).

Até a presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN, bem como não é possível antecipar quais impactos de futuras adoções.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras são as seguintes:

- a) As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da DTVM. Todos os saldos foram arredondados para milhares de reais, exceto quando expressamente indicado de outra forma.
- b) O regime de apuração do resultado é o de competência.
- c) Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.
- d) Os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou provisões para perdas, exceto os títulos e valores mobiliários, os quais estão demonstrados conforme descrito na nota explicativa nº 4.
- e) A carteira própria representa o total de disponibilidade em moeda nacional, utilizado pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- f) O investimento em controlada (nota explicativa nº 6) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, cuja contrapartida é registrada no resultado, na rubrica “resultado de participação em controlada”.
- g) A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída mensalmente, com base no lucro real, ajustado pelas adições e exclusões, à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social, quando aplicável, é constituída à alíquota de 15%, apurada sobre o resultado tributável ajustado na forma da legislação em vigor. O imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicáveis, são calculados com base nas respectivas alíquotas nominais sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.
- h) O lucro ou prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.
- i) O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos abaixo:

1. Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ativo como praticamente certo, gerando, por conseguinte, gatilho para o respectivo registro contábil.
 2. Provisão para processos judiciais: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Passivos contingentes - são incertos e não é reconhecida provisão contábil, e, quando classificados como perda possível, eles são divulgados.
- j) A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração da Distribuidora se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir significativamente dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão referente a processos judiciais e do valor de mercado de determinados ativos e passivos.
- k) Em relação aos novos procedimentos e critérios gerais para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, previstas na Resolução nº 2, de 12 de agosto de 2020 do Banco Central do Brasil, a Administração da BRKB não identificou nenhum impacto relevante oriundo dessa resolução.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

- a) Títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fundo de Investimentos não exclusivos (*)	4.726	5.966
Total em Carteira Própria	<u>4.726</u>	<u>5.966</u>

- (*) Em 30 de junho de 2022, a Distribuidora possui cotas de um fundo de investimento, administrado pelo Itaú Unibanco S.A. (Itaú Soberano Renda Fixa Simples de Longo Prazo - Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento). O percentual de cotas da Distribuidora neste Fundo em 30 de junho de 2022 é de 0,01814% (0,02568% em 31 de dezembro de 2021). A carteira do fundo é formada, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos, lastreada por títulos públicos federais.

5. OUTROS CRÉDITOS E OUTROS VALORES E BENS

Abaixo, a composição das rubricas Outros Créditos Diversos e Outros Valores e Bens:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a Recuperar (*)	1.117	1.117
Outros (**)	<u>2.103</u>	<u>1.747</u>
Total	<u><u>3.220</u></u>	<u><u>2.864</u></u>
Total - Circulante	363	22
Total - Não Circulante	2.857	2.842

(*) Em 17 de agosto de 2004, a Cyrela Vermont de Investimentos Imobiliários Ltda. (“Cyrela”) e o Banco Brascan (atual BRKB DTVM) firmaram Instrumento Particular de Promessa de Venda e Compra de determinados imóveis integrantes da Gleba C do Loteamento denominado Projeto Urbanístico Panamby (“Setor 07”). Entretanto, considerando que a Distribuidora é proprietária fiduciária dos imóveis e administradora do Fundo Panamby, esta foi arrolada como Ré em 14 (quatorze) Execuções Fiscais movidas pelo município de São Paulo por inadimplência do pagamento de determinadas parcelas de IPTU dos exercícios de 2015, 2016 e 2017 do Setor 07.

A Distribuidora aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) do município de São Paulo, arcando com os pagamentos das referidas parcelas inadimplentes e, por consequência, as referidas execuções fiscais do IPTU foram extintas. Em decorrência das negociações recentes com Cyrela, a BRKB recebeu no segundo semestre do exercício de 2021, o montante correspondente ao IPTU dos exercícios de 2015 e 2016 no total de R\$ 2.324 (R\$ 1.937 referente ao valor adiantado pela BRKB e R\$ 387 referente à atualização monetária).

O valor de R\$ 1.117, em 30 de junho de 2022 (R\$ 1.117, em 31 de dezembro de 2021), refere-se, portanto, à parcela de IPTU do exercício de 2017 do Setor 07. O montante do IPTU de 2017, de R\$ 1.117, ainda está sem prazo determinado, estando vinculado à evolução da estratégia de monetização dos ativos do FII Panamby, sendo os períodos subsequentes a serem reembolsados pelo Fundo Panamby.

(**) O valor nessa rubrica inclui principalmente, o valor de um bem imóvel registrado pelo valor líquido de provisão para perda, em R\$ 1.740, (R\$ 1.725 em 31 de dezembro de 2021) adjudicado, em outubro de 2019, como garantia de operações de crédito de um cliente, cuja posse foi obtida em janeiro de 2020 e a propriedade encontra-se em fase de registro. Para fins de registro dos valores de R\$ 2.240 e da respectiva provisão de R\$ 500 foram considerados, respectivamente, o laudo de avaliação judicial apenso ao processo de execução e laudo de avaliação contratado pela BRKB em junho de 2022. Na avaliação da Administração da BRKB, o valor líquido do imóvel em 30 de junho de 2022 é R\$ 1.740, considerando que o valor imóvel não sofreu variações relevantes no semestre findo em 30 de junho de 2022.

6. INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA - OUTRAS PARTICIPAÇÕES - MEP

A participação em controlada está demonstrada abaixo:

Controlada	% Participação	Quantidade de Cotas	Capital Social	Resultado		Patrimônio Líquido		Resultado de Participações		Saldo Contábeis	
				30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	31/12/2021
BRKB Participações I Ltda.	99,99	2.193.000	2.193	(44)	(34)	1.684	1.728	(44)	(34)	1.684	1.728

A sociedade controlada tem por objeto a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. Atualmente, a controlada encontra-se sem atividades operacionais e não participa de outras empresas, seja como sócia ou acionista.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Ativos</u>		
Energia Sustentável FIP Multiestratégia	359	20
BRKB Participações I Ltda	<u>2</u>	<u>-</u>
Ativo circulante	<u>361</u>	<u>20</u>
Fundo Panamby (a)	11.350	9.234
Ativo não circulante	11.350	9.234
Total dos Ativos	<u>11.711</u>	<u>9.254</u>
Total dos Passivos	-	-
<u>Receitas</u>		
Jupiter FIP	-	20
Energia Sustentável FIP Multiestratégia (b)	<u>40</u>	<u>20</u>
Total de Receitas	40	40
Total de Despesas	<u>-</u>	<u>-</u>

(a) A Distribuidora possuía, em 30 de junho de 2022, o montante de R\$ 11.350 a título de valores a receber do Fundo Panamby (R\$ 9.234 em 31 de dezembro de 2021), sendo: R\$ 2.168 referentes às despesas com IPTU incorridas com o Loteamento Setor 07 do Fundo Panamby a serem reembolsadas pelo referido fundo no contexto do projeto de realização dos terrenos em curso, conforme comentado na nota explicativa nº 5, pagos pela BRKB até março de 2020; e, R\$ 9.182 referente às demais despesas operacionais, incluindo IPTU, de responsabilidade do Fundo Panamby, que também serão reembolsados pelo Fundo e passaram a ser pagos pela BRKB a partir de abril de 2020.

(b) No escopo de serviços prestados a partes relacionadas, além da Administração dos fundos, quando demandada, a Distribuidora também realiza a distribuição de cotas de Fundos de Investimentos em Participações do Grupo. Neste semestre findo em 30 de junho 2022, a Distribuidora auferiu R\$ 40 de receita desta natureza (R\$ 100 em 31 de dezembro de 2021).

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração da Administração para o ano calendário de 2022 foi aprovada em Ata de Assembleia Geral Ordinária, realizada em 05 de julho de 2022 sendo fixada a remuneração global anual de R\$400 (R\$400 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS, OBRIGAÇÕES LEGAIS E PROVISÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Provisões Fiscais e Previdenciárias		Depósitos Judiciais	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL (a)	1.910	-	11.150	4.701
Interposição Rec. Trabalhistas	816	774	652	652
PIS (b)	1.279	1.279	1.279	1.279
COFINS (b)	7.873	7.873	7.873	7.873
Outras Obrigações Legais	308	10	-	-
Total	12.186	9.936	20.954	14.505
Parcela do circulante	198	10	-	-
Parcela do não circulante	11.988	9.926	20.954	14.505
	12.186	9.936	20.954	14.505

- (a) Em 2003, o antigo Banco Brascan (atual BRKB DTVM) renegociou dois contratos de operações de crédito, gerando naquela data, um prejuízo na renegociação no montante de R\$15.620. Conseqüentemente, reduziu, naquela data, sua base fiscal de CS e IR. Em janeiro de 2004, o Banco Brascan impetrou um Mandado de Segurança visando resguardar seu direito à manutenção da dedução fiscal efetuada em 2003. Foi concedida liminar em antecipação da tutela recursal, porém, durante o primeiro trimestre de 2007, essa liminar foi cassada e o antigo Banco Brascan, proativamente, efetuou um depósito judicial no valor de R\$4.701, em 15 de fevereiro de 2007. Face à edição da Súmula 139 do CARF, a Fazenda Nacional reconheceu a procedência do pedido do Banco Brascan nos autos do Mandado de Segurança. Em maio de 2022 O STJ decidiu então pela homologação do reconhecimento da procedência do pedido extinguindo o processo com julgamento do mérito. Após a decisão de homologação, pelo STJ, referida decisão transitou em julgado, o que ensejará a baixa do processo à vara de origem para levantamento dos depósitos efetuados pelo Banco Brascan.

Neste primeiro semestre a Distribuidora reconheceu no seu resultado os efeitos desta decisão favorável sobre a atualização deste depósito judicial, pendente de levantamento.

- (b) Em 2006, o antigo Banco Brascan (atual BRKB DTVM) impetrou um mandado de segurança a respeito da ampliação da base de cálculo do PIS e COFINS efetuando depósitos judiciais até janeiro de 2015 (fato gerador dezembro de 2014) e provisionando integralmente os valores não recolhidos. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o montante provisionado de PIS e COFINS são de R\$1.279 e R\$7.873 respectivamente. Em 30 de junho de 2022, aguarda-se ainda decisão do Supremo Tribunal Federal.

Abaixo, segue a movimentação das provisões fiscais e previdenciárias:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo Inicial	9.936	9.846
Adições	2.323	236
Baixas/Reversões	<u>(73)</u>	<u>(146)</u>
Total	<u>12.186</u>	<u>9.936</u>
	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo Final de provisões fiscais e previdenciárias	11.988	9.926
Saldo Final de provisões fiscais e previdenciárias - não judiciais	<u>198</u>	<u>10</u>
Total	<u>12.186</u>	<u>9.936</u>

As baixas e reversões nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são representadas, basicamente, por liquidações de impostos correntes (PIS/COFINS, ISS, IR retidos, etc.), sendo R\$73 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$146 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

As causas passivas avaliadas como perdas possíveis possuem valores estimados conforme tabela abaixo, separada por natureza:

	<u>30/06/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Quantidade de processos</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>Quantidade de processos</u>	<u>R\$ mil</u>
Cível	9	1.278	9	1.511
Tributário	18	15.193	17	17.400
Total	<u>27</u>	<u>16.471</u>	<u>26</u>	<u>18.911</u>

As principais ações possíveis da BRKB estão descritas a seguir:

- Em 2011, o antigo Banco Brascan recebeu termo de encerramento de procedimento fiscal em relação ao INSS de período fiscalizado de 2007. A Receita Federal do Brasil cobra, neste termo, a quantia atualizada, para 30 de junho de 2022, de R\$1.269 (R\$1.246 em 31 de dezembro de 2021), a título de INSS, parte patronal, incidentes sobre a parcela da participação nos lucros e resultados dos empregados. Em 2011, foi impetrada defesa administrativa junto à Receita Federal do Brasil. A discussão principal tornou-se definitiva na esfera administrativa desfavoravelmente à BRKB e, desde então, não houve qualquer manifestação ou intimação da Receita Federal do Brasil nesse sentido. Não obstante, em 30 de junho de 2022, a Administração permanece com o entendimento de que quando este processo for levado à juízo, as chances de êxito são favoráveis à Distribuidora, pois há precedentes do Superior Tribunal de Justiça favorável à tese sustentada na defesa.
- Desde 2012, por meio de processo administrativo, a BRKB litiga com a Secretaria da Receita Federal em relação a compensações de créditos fiscais formalizados por pedidos eletrônicos, por meio da manifestação de inconformidade apresentada em face do Despacho Decisório que deixou de compensar o crédito utilizado e indeferiu integralmente as compensações de débitos de IRRF pleiteadas, por considerar inexistentes os referidos créditos fiscais. O montante do risco atualizado, em 30 de junho de 2022, é de R\$4.850 (R\$4.625 em 31 de dezembro de 2021). Em 30 de junho de 2022, aguarda-se a decisão da Secretaria da Receita Federal.

- Em dezembro 2016, foi lavrado, pela Secretaria da Receita Federal, contra a Distribuidora um auto de infração. Trata-se da glosa de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa referente a despesas dedutíveis de honorários advocatícios, originando uma redução indevida do IRPJ e da CSLL no valor de R\$2.903 no ano-calendário 2011. Os valores envolvidos neste processo não importam em contingência de tributo a ser adimplido, motivo pelo qual o valor atualizado do passivo não se altera. Tendo em vista a decisão desfavorável em primeira instância administrativa, em 30 de junho de 2022, aguarda-se a decisão do recurso apresentado pela Distribuidora junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.
- Em fevereiro de 2020, por maioria de votos, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF decidiu pela anulação das decisões favoráveis ao antigo Banco Brascan em dois processos administrativos relativos à cobrança de IRPJ, CSLL e IRF, nos valores históricos de R\$77.900, R\$29.000 e R\$49.800, respectivamente, em operações financeiras realizadas nos anos de 1998 e 1999. A referida decisão foi objeto de recurso pela BRKB perante o Conselho Superior de Recursos Fiscais - CSRF. Se mantida a decisão, os dois processos administrativos serão submetidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF para novo julgamento. Não obstante, a Administração possui o entendimento de que as decisões originais do ponto de vista tributário foram corretas e espera que uma nova decisão, na hipótese de novo julgamento, seja mais uma vez favorável.

Os processos avaliados como perda possível pelos assessores jurídicos, não foram objeto de provisionamento nas demonstrações financeiras da Distribuidora.

Existem determinadas ações judiciais em que a BRKB figura no polo ativo de natureza cíveis e tributárias, nas quais a probabilidade de ganho é provável. Não é possível determinar com precisão os valores envolvidos nestas ações, que representam potencial ganho em favor da Distribuidora, pois não se espera a recuperação integral do crédito em discussão devido à própria natureza dos referidos processos, além das expectativas de ganhos de determinadas causas ativas não serem consideradas, até a presente data, como praticamente certas. Sendo assim, o montante dos ativos correspondentes ainda não foi contabilizado nas demonstrações financeiras da BRKB. Dentre essas ações judiciais, a BRKB obteve sucesso na penhora de determinados ativos que foram levados a leilão e cujos recursos provenientes ainda não são determináveis devido aos custos que ainda serão descontados como parte do processo de recuperação desses ativos, incluindo eventuais dívidas pré-existentes.

Controlada BRKB Participações I Ltda.

Em relação à BRKB Participações I Ltda. (empresa controlada pela Distribuidora), os principais processos, avaliados como perdas possíveis, foram avaliados no montante de R\$17.692 em 30 de junho de 2022 (R\$14.131 em 31 de dezembro de 2021), sendo as principais descritas abaixo:

- a) Ação impetrada em 2008, visando pagamento de indenização pela Brascan S.A. Corretora de Títulos e Valores (atualmente denominada BRKB Participações I Ltda.) à FUNCEF referente a perdas e danos por prejuízos suportados pela entidade nas operações com contratos futuros, entre dezembro de 1995 e 1998, e pelas baixas taxas de devoluções de corretagens auferidas. O valor recalculado e atualizado, em 30 de junho de 2022, é de R\$1.468 (R\$1.390 em 31 de dezembro de 2021).

- b) Em 2005, foi lavrado em face da Brascan S.A. Corretora de Títulos e Valores o auto de infração nº 51.103/2005, formando, posteriormente, o processo 04/353.044/2005. Alegou-se a falta de recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, no valor de R\$2.102 (valor histórico), supostamente devido pela prestação de serviços próprios de instituição financeira, ocorridos de janeiro de 2000 a fevereiro de 2004. Em 2015, recebemos cópia da decisão final na via administrativa, mantida a cobrança no valor R\$8.131. Iniciou-se a discussão na esfera judicial, onde a BRKB Participações I Ltda. apresentou o Seguro Garantia e os devidos embargos à execução. Em que pese a decisão contrária em primeira instância, a probabilidade de perda é avaliada como possível pelos assessores jurídicos em 30 de junho de 2022, tendo em vista o recurso apresentado. O valor em 30 de junho de 2022, é de R\$16.224 (R\$12.742 em 31 de dezembro de 2021).

As causas passivas avaliadas como perdas possíveis possuem valores estimados conforme tabela abaixo, separada por natureza:

	30/06/2022		31/12/2021	
	Quantidade de processos	R\$ mil	Quantidade de processos	R\$ mil
Cível	1	1.469	1	1.390
Tributário	4	16.559	4	13.066
Total	5	18.028	5	14.456

Os processos da BRKB Participações I Ltda. avaliados como perda possível pelos assessores jurídicos, não foram objeto de provisionamento nas demonstrações financeiras da Distribuidora.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30/06/2022	31/12/2021
Outras administrativas	401	30
Valores a Pagar a ex-cotistas de clubes encerrados (*)	3.286	2.939
Outros	6	6
Total	3.693	2.975
Passivo Circulante	3.693	2.975
Passivo não circulante	-	-

- (*) Em 30 de junho de 2022, o montante de R\$ 3.286 (R\$ 2.939 em 31 de dezembro de 2021), refere-se ao saldo remanescente dos Clubes de Investimentos extintos, disponibilizado para saque pelos seus cotistas, administrados pela BRKB DTVM (atual denominação do Banco Brascan S.A.).

A seguir, movimentação de valores a pagar a ex-cotistas:

Ex-cotistas	30/06/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	2.939	2.736
Resgates	-	-
Atualização Monetária passiva	347	203
Total	3.286	2.939

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social e dividendos

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 18.423.984 ações, sendo 9.211.992 ações ordinárias e 9.211.992 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas	Nº de ações	
	Ordinárias	Preferenciais
BBFH LLC	9.211.992	9.211.991
Brookfield Brazil Ltd.	-	1

As ações preferenciais participam com 10% a mais que as ordinárias nas distribuições de dividendos, os quais poderão ser declarados à conta Lucros Acumulados ou Reservas de Lucros, com base nos resultados anuais ou semestrais, a critério da Diretoria. É assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária, em cada exercício a todas as ações. A Administração pode optar pelo pagamento de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos mínimos obrigatórios.

11. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
	Semestre	Semestre
Resultado de Operações com Títulos e valores Mobiliários	<u>245</u>	<u>82</u>
	<u>245</u>	<u>82</u>

12. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
	Semestre	Semestre
Comissões: distribuição, colocação intermediação e coordenação	<u>40</u>	<u>40</u>
Total	<u>40</u>	<u>40</u>

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
	Semestre	Semestre
Aluguéis	(7)	(105)
Serviços técnicos especializados	(498)	(261)
Processamento de Dados	(374)	(326)
Comunicações	(2)	(3)
Serviços de Terceiros	(2)	(72)
Serviços Sistema Financeiro	(99)	(73)
Despesas de Emolumentos Judiciais e Cartórios	(5)	(2)
Outras Despesas Administrativas	(38)	(1)
Total	<u>(1.025)</u>	<u>(843)</u>

14. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

a) Outras receitas

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
	Semestre	Semestre
Recuperação de Crédito (*)	-	313
Reversão Provisão de Impairment	15	-
Indenizações de apólices de seguros (**)	1.600	-
Variação monetária ativa (***)	6.449	3
Total	<u>8.064</u>	<u>316</u>

(*) Crédito oriundo de processo de recuperação de operações de crédito do antigo Banco Brascan.

(**) Indenização recebida relacionada à apólice de seguros em defesa dos executivos da BRKB em processos fiscais, cuja despesa foi provisionada e paga pela Companhia em 2019. Tal valor só foi reconhecido no resultado da DTVM quando se tornou um ganho praticamente certo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(***) Refere-se a atualização monetária do depósito judicial de CSLL e IRPJ em processo judicial iniciado em 2004 transitado em julgado, favorável a Companhia (Ver nota 8).

b) Outras despesas

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
	Semestre	Semestre
Atualização monetária passiva (*)	(347)	(40)
Total	<u>(347)</u>	<u>(40)</u>

(*) Atualização monetária de valores a pagar a cotistas de clubes extintos.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Apresentamos, abaixo, a reconciliação entre o imposto de renda e contribuição social para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021:

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	6.571	(588)
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	<u>40%</u>	<u>40%</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social as alíquotas de legislação	(2.612)	235
Ajustes Permanentes		
Resultado de Participação em controlada	(18)	(14)
Ajustes Temporários		
Provisão para contingências	(16)	(17)
Outras provisões	(89)	-
Reversão de provisões	6	-
Outras adições	(5)	-
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	<u> </u>	<u>125</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social - I	(2.734)	329
Compensação de Impostos sobre o lucro diferido não constituído – II	824	-
(I) - (II) = (III)	(1.910)	329
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - Diferido	(1.722)	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - Corrente	(188)	-

O montante acumulado dos créditos tributários não constituídos dada a ausência de expectativa futura de receitas tributáveis, provenientes de base negativa de Contribuição Social e Prejuízo fiscal de Imposto de Renda, em 30 de junho de 2022, é de R\$12.113 (R\$12.366 em 30 de junho de 2021) e R\$11.726 (R\$12.149 em 30 de junho de 2021) respectivamente.

A Medida Provisória 1.034/2021, convertida na Lei 14.183/2021, entre outras medidas, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Instituições Financeiras em geral, com efeitos a partir de 01 de julho de 2021. No caso das Distribuidoras de Títulos e Valores a alíquota passará dos atuais 15% para 20% até 31 de dezembro de 2021, retornando para 15% a partir de primeiro de janeiro de 2022.

16. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

Em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, a Distribuidora é administradora de um fundo de investimento imobiliário.

No desenvolvimento de suas atividades, o administrador é responsável por um conjunto de serviços relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento e à manutenção do fundo, tais como de gestão da carteira, consultoria de investimentos, atividades de tesouraria, escrituração, distribuição e divulgação das cotas, custódia dos ativos financeiros que compõem a carteira, contratação de auditor independente, dentre outros. Esses serviços podem ser contratados com terceiros devidamente habilitados e autorizados, sempre com a fiscalização do administrador.

17. CONTROLE DE RISCO E GERENCIAMENTO DE CAPITAL

a) Risco de Crédito

Fundamentado na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do Banco Central do Brasil, o risco de crédito da Distribuidora está ligado à gestão dos limites de risco aceitáveis de capital, de precificação e de gerenciamento da carteira de uma instituição financeira e neste contexto, o risco de crédito da mesma se mantém mitigado, visto que estamos posicionados em aplicações financeiras em um fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú, cuja carteira está lastreada em títulos públicos de renda fixa do Governo Federal.

O relatório com a descrição da estrutura de gestão do risco de crédito pode ser encontrado na sede da Distribuidora.

b) Risco de Mercado

A Distribuidora gerencia e monitora o Risco de Mercado de suas operações utilizando metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional. O Risco de Mercado é definido como o risco decorrente de variações de preços e taxas nos mercados de Taxas de Juros, Ações, Câmbio e “Commodities”.

O relatório com a descrição da estrutura de gestão do risco de mercado pode ser encontrado na sede da Distribuidora.

c) Risco de Liquidez

A liquidez da carteira própria da Distribuidora é monitorada pela Distribuidora com o objetivo de que sejam adequados os fluxos de caixa futuros e eventuais necessidades de resgates de títulos da carteira própria.

O relatório com a descrição da estrutura de gestão do risco de liquidez pode ser encontrado na sede da Distribuidora.

d) Risco Operacional

A Distribuidora exerce a gestão do Risco Operacional de suas atividades conforme determinam os normativos emitidos pelos órgãos reguladores do mercado financeiro do Brasil.

O gerenciamento do Risco Operacional tem como objetivo a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos inerentes às atividades da empresa.

Para fins de cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), correspondente ao Risco Operacional (RWAOPAD), foi adotada a metodologia de abordagem do indicador básico.

O relatório com a descrição da estrutura de gestão de Risco Operacional pode ser encontrado no site da Distribuidora.

e) Gerenciamento de Capital

Nos termos da Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Banco Central do Brasil, a abordagem de gerenciamento de capital é orientada pelas estratégias e necessidades organizacionais da Distribuidora, levando em conta a regulamentação, o ambiente econômico e o ambiente comercial em que ela opera. Entende-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a instituição está sujeita. O planejamento de metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital, a Distribuidora mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado. A descrição da estrutura de gerenciamento de capital é evidenciada em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual e pode ser encontrada na sede da Distribuidora.

Quanto aos eventuais impactos da Covid-19, vide nota explicativa nº 1, a Administração tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de pessoas e ativos.

18. LIMITES OPERACIONAIS

Desde 1º de janeiro de 1995, as instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos, ponderados por fatores definidos na Resolução nº 2.099/94 e legislação complementar do BACEN. Desde o exercício de 2017, a Distribuidora calcula os limites operacionais, individualmente, pois em 19 de junho de 2017, o Banco Central do Brasil, aprovou o pedido de cancelamento da sua empresa ligada, Brascan Cia. Hipotecária que era a única empresa em que se consolidava os limites operacionais.

Em outubro de 2013, entraram em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III. As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos, ponderadas pelos fatores que variam de 0% a 300% e um índice mínimo de 8% de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco.

Em 30 de junho de 2022, baseados nos cálculos do conglomerado prudencial, a situação da Distribuidora com relação ao índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido pode ser assim demonstrada:

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
PEPR - Total dos ativos ponderados pelo risco	3.358	2.776
POPR - Risco Operacional	<u>77</u>	<u>178</u>
PRE - Patrimônio de Referência exigido	<u>3.435</u>	<u>2.954</u>

Cálculo do patrimônio líquido exigido:

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
PR - Patrimônio Referência (resolução 4.192/13)	26.102	21.860
PRE - Patrimônio de Referência exigido	<u>(3.435)</u>	<u>(2.954)</u>
Situação (margem)	<u>22.667</u>	<u>18.906</u>

19. RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

Durante os semestres de 30 de junho de 2022 e 2021, foram identificados os eventos registrados na tabela abaixo:

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Lucro/(Prejuízo)	4.661	(588)
RESULTADOS NÃO RECORRENTES (*)	<u>5.806</u>	<u>151</u>
Ressarcimento despesa seguro - Sinistro D&O	1.600	-
Receita de reversão de provisão de Impairment de imóvel recuperado	15	-
Receita de recuperação de imóvel s/ operações de crédito	-	313
Receita de atualização monetária de depósito judicial – processo IRPJ	6.449	-
Tributos diferidos sobre depósito judicial – processo IRPJ	(2.020)	-
Provisão honorários de êxito – processo IRPJ	(222)	-
Despesa serviço laudo avaliação imóvel recuperado	(2)	-
Despesas condominiais de imóveis recuperado s/ ops crédito	(7)	(89)
Comissão leiloeiro de imóvel retomado s/ ops crédito	-	(21)
Despesas IPTU imóvel retomado s/ ops de crédito	(7)	(52)
RESULTADO RECORRENTE	<u>(1.145)</u>	<u>(739)</u>

(*) No primeiro semestre de 2022 a BRKB apresentou R\$5.806 (R\$151 em 30 de junho de 2021) de resultados não recorrentes com ênfase para as rubricas que envolvem o julgamento favorável de processo judicial de IRPJ em que os valores estão depositados judicialmente e o ressarcimento de despesas de seguros para a defesa dos executivos da empresa em processos fiscais, cuja essa despesa foi provisionada e paga pela BRKB em 2019.

20. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para a emissão em 29 de agosto de 2022.

Esteban Fornasar
Diretor

Patrícia Fernandes Caseira
Diretora

Rogério Camilo de Lima
Contador
CRC nº 1 RJ 059660/O